



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

### ATA Nº 17/2017

----- Ao primeiro dia do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Moraes, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas e dez minutos, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião que, por se tratar de reunião extraordinária apenas terá Período da Ordem do Dia, conforme consta do artigo 16º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

#### -----ORDEM DO DIA-----

#### ----- PONTO I – DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº3 DO ARTIGO 35º DA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

----- Não foram apresentados despachos para ratificar. -----

#### ----- PONTO II – MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 4ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DE 2017-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Modificação Orçamental – 4ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2017, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

#### ----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

#### ----- PONTO III - ALTERAÇÃO DE MINUTA DO ACORDO DE GESTÃO A CELEBRAR COM A INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A. – REQUALIFICAÇÃO DA EN 114 – LIGAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE RIO MAIOR À EN 11 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar as alterações a

introduzir na minuta do acordo a celebrar com a Infraestruturas de Portugal, S.A., bem como submeter a referida minuta à Assembleia Municipal a fim de autorizar a sua celebração. Acrescentou ainda que as alterações solicitadas pelas entidades apenas consistem na integração dos valores constantes no quadro anexo à primeira deliberação no conteúdo nas respetivas cláusulas do acordo. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente a este ponto considerou que já devia estar resolvido passados que foram nove anos desde o início do processo. Solicitou que lhe fosse esclarecido de forma clara e pormenorizada o valor global de um milhão e cinquenta e cinco mil euros a ser pago pelo município e quais os evidentes e efetivos compromissos do município no âmbito daquela obra. Solicitou também informação quanto à realização da rotunda e se existe um compromisso já assegurado por parte da Sibelco para custear o valor dessa parte da obra. Relativamente à ciclovia e passeios questionou se o valor apresentado está relacionado com os requisitos de eficiência energética. Concluiu dizendo que no fundamental é saber, do ponto de vista do município, o custo global porque o benefício é garantido com a resolução do processo. Fez votos que esta seja a última vez que uma “vírgula seja transformada num processo administrativo” porque muitas vezes lhe parece que se trata de processo dilatatório no tempo para que a obra ainda não seja concretizada. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que a urgência de se trazer o assunto à Câmara e à Assembleia Municipal prende-se com tudo aquilo que tem vindo a ser falado e acordado com a Infraestruturas de Portugal, S.A., que, por sua vez, assegurou que o processo está todo aprovado pelo Secretário de Estado e do Governo. Disse ainda que este projeto integra um pacote de doze a nível nacional e que, segundo julga, por ser um dos que tem um valor mais reduzido se irá iniciar em breve. Acerca dos valores confirmou que são precisamente os mesmos que foram presentes a reunião da Câmara e à sessão da Assembleia Municipal e que constavam do quadro anexo à deliberação, que foram aqueles acordados e apresentados pelo Primeiro-Ministro em fevereiro e onde as Câmaras assumiam 15% do investimento da obra. Disse ainda que o que está incluído no projeto e que é responsabilidade da Câmara são as ciclovias, a iluminação pública e as expropriações/negociações, não havendo qualquer alteração em relação ao acordo anteriormente aprovado. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que se percebe pelas palavras da Presidente de Câmara palavras que não há alterações de fundo ao acordo e que aquilo que mais se deseja e quer acreditar é que o processo e a obra avancem rapidamente e, por essa razão, é que em reunião de câmara anterior colocou a questão se já existiam alguns avanços do ponto de vista dos trabalhos de aquisição e/ou expropriações, tendo a Presidente respondido que não podia avançar até o processo estar devidamente finalizado. Disse que existe uma grande ansiedade, por parte de todos, em que a obra se concretize e materialize. Deixou ainda a informação que existe a possibilidade de serem apresentadas candidaturas para ciclovias no âmbito da Secretaria de Estado do Turismo, através de uma linha específica para o efeito, o que pode ajudar a financiar o montante que está previsto no projeto e no acordo para esse fim. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- No contexto da apresentação de candidaturas informou que já existe uma elaborada e promovida pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, designada não de ciclovia mas de ecopista, para a antiga linha de caminho-de-ferro em que 17 a 19 km são no concelho de Rio Maior. Continuou dizendo que é um projeto comum a Rio Maior e Santarém, que já existe um anteprojecto, e que estão até previstos, em determinados pontos, painéis solares e alguns equipamentos a instalar. Disse que a candidatura está submetida, não pelo Turismo mas directamente a Bruxelas, e aguarda-se. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se a primeira minuta tivesse sido elaborada pelos serviços municipais dir-se-ia que havia falta de competência, falta de rigor e falta de visão, mas como foi elaborada pela administração central perdoa-se tudo. Feita esta nota referiu que ao olhar para o assunto pode verificar-se que tudo o que é contributo da Infraestruturas de Portugal relativamente a este processo é para transferir responsabilidade para a Câmara Municipal de Rio Maior, foi assim com o pedido que fizeram previamente para haver um quadro de investimento e foi agora quando quiseram que as cláusulas esclarecessem o valor total da obra. Considerou que há uma questão fundamental que é o facto de o primeiro acordo dizer que não seria necessário visto do Tribunal de Contas e nesta versão, nos termos da cláusula 7ª, é obrigatório esse mesmo visto. Disse ainda que este visto acarreta um risco por se tratar de um acordo entre entidades distintas e autónomas e que todo o património vai ficar registado em nome da administração central, desconhecendo qual será a resolução que o tribunal irá arranjar para este assunto. Terminou dizendo que espera que esta não seja mais uma manobra dilatória e o caminho escolhido para o processo corra bem. Indicou o sentido de voto

como favorável no pressuposto que todos estão de boa-fé e que esta alteração é para resolver o assunto em definitivo. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Afirmou que a situação da EN 114 tem desde sempre uma série de vícios e já por duas vezes o Governo do Partido Socialista voltou atrás na execução deste projeto, esperando que desta vez não volte a protelar da situação. Disse ainda que não há forma de se saber como será o projeto porque está a ser elaborado pela Infraestruturas de Portugal e ainda não é conhecido o projeto definitivo. Do quadro apresentado com os valores pode verificar-se que a ciclovía, a iluminação pública e as expropriações são da responsabilidade da Câmara Municipal de Rio Maior, sendo que estas últimas só podem avançar com a versão definitiva do projeto para que se tenha um conhecimento efetivo dos terrenos necessários para o efeito, embora exista já um levantamento de todos os terrenos e proprietários da zona para dar seguimento logo que possível. Afirmou que este é um projeto que se arrasta há já oito anos e que se aguarda agora o projeto final.

----- Acerca da ciclovía disse que a extensão que está prevista ser feita pela Câmara Municipal junto à EN 114, irá ser incluída no Plano Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (**PAMUS**) e que numa das próximas reuniões de Câmara será apresentado o projeto das ciclovias aprovadas. Referiu ainda que a folga que ainda existe irá permitir com uma alteração à candidatura e prolongar a ciclovía até à zona industrial, o que quer dizer que é uma despesa no âmbito da comparticipação. Disse ainda que foi apresentado à Câmara Municipal um projeto da Entidade do Turismo do Alentejo e Ribatejo, através do Turismo de Portugal, e que o que apresentaram foi a construção não de uma ciclovía clássica/tradicional, mas sim mais virada para o walking, não se verificando, assim, sobreposição de candidaturas por serem situações distintas, até porque a hipótese para a ciclovía de walking teria início em Rio Maior, passava pelas Salinas, pela Senta, pela Estrada D. Maria I, pela Freiria e fechava na existente, que, avaliados os critérios, se insere neste tipo de candidatura. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que embora possa não conhecer-se o projeto nas cláusulas do acordo vem quantificado exatamente que o Município de Rio Maior se responsabiliza pela totalidade dos custos de execução das componentes não rodoviária tais como ciclovía, passeios, iluminação pública, e ainda a rotunda localizada no km 48,670, num valor estimado de 750 mil euros com IVA em autoliquidação. Ora, perante isto, disse não acreditar que haja um técnico capaz de fazer uma estimativa sem haver algo projetado, quantificando e responsabilizando ao pormenor. Disse estar convencido que andaram à procura de projetos entre os vários já elaborados de maneira a baixar o mais possível os custos

das Infraestruturas de Portugal. Afirmou que deve ser solicitado rapidamente o conhecimento do projeto e das infraestruturas previstas porque se está a ser aprovado o valor de comparticipação do Município terá que ser conhecida base de cálculo da mesma. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente à intervenção do Partido Socialista (PS) no processo disse que foi este que o assumiu inicialmente e que também foi este que o reativou agora e acrescentou que não se sente envergonhado pela atuação do PS a nível nacional em relação a Rio Maior porque lhe parece, e quer acreditar nisso, que o Governo quer honrar o compromisso que outros não honraram. Depois disse que não o preocupa que neste momento não haja um projeto tão rigoroso quanto o será aquando do lançamento da obra e evidenciou que este vai ser, obviamente, um projeto desdobrado em um conjunto de projetos, e quer a administração central que a câmara municipal quando chegaram a estes valores foi através de uma estimativa de custos tão real quanto possível. Realçou ainda que parte do princípio da boa vontade e das boas intenções neste processo e que tudo o que foi apresentado lhe parece claro do ponto de vista da contabilização de custos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Indicou que o próprio acordo, nas suas cláusulas, se refere a uma estimativa de investimento para ambas as partes com base num projeto já previamente idealizado. Acerca da construção da ciclovia disse que lhe foi esclarecido não poder ser a Infraestruturas de Portugal a assumir essa construção por se tratar de uma estrada nacional. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Interveio para dizer que a Infraestruturas de Portugal tem uns preços standards para a construção deste tipo de infraestruturas e que o cálculo é feito com base nesses preços de referência. Relativamente ao projeto referiu que aquela entidade irá apenas construir a via e que o projeto será discutido com o executivo municipal. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio apenas para dizer que lhe custa estar a ouvir falar apenas no papel do governo PS neste processo e nunca se referirem à intervenção da Câmara Municipal pelas deslocações feitas e a pressão exercida no sentido de revitalizar o processo. ----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Declaração de Voto do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós votamos a favor na expectativa de que desta vez seja de vez e que não seja uma manobra para deferir no tempo uma necessidade objetiva que já tem uma década para ser resolvida.” -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Fernando Frazão Correia subscrita pela Presidente da Câmara** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A declaração de voto vai no sentido de ao fim de oito anos mais uma vez se está a aprovar o protocolo para as obras na EN 114 e isto só foi possível devido ao empenho da autarquia, dos contactos constantes e sistemáticos que teve com o poder central.” -

----- **PONTO IV – CERTIDÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO/AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM CASAL DOS MACHADOS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE CARLA MARIA PAIXÃO CARREIRA BERNARDES – PROCESSO Nº 183/2017** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Casal dos Machados, da Freguesia de Rio Maior, inscrito na matriz sob o artigo 63 da secção CZ, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V – CERTIDÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO/AUMENTO DE COMPARTES DE PRÉDIO RÚSTICO SITO EM CASAL DAS FIGUEIRAS, UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ, EM NOME DE CARLA MARIA PAIXÃO CARREIRA BERNARDES – PROCESSO Nº 184/2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que não se vê inconveniente na constituição de compropriedade ou no aumento de compartes para o prédio rústico, sito em Casal das Figueiras, na União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz, inscrito na matriz sob o artigo 45 da secção I, na medida em que deste pedido não resulte qualquer indício de que seja violado o atual regime legal dos loteamentos urbanos, de acordo com as disposições contidas no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES DA FATURA DE ÁGUA REFENTE AO MÊS DE JUNHO DE 2017 EM NOME DE MANUEL NOGUEIRA RIJO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o pagamento relativo ao processamento do mês de Junho/2017, no valor de 400,22 €, em seis prestações mensais, nos termos e fundamentos apresentados e que o valor em causa não transite para a situação de débito.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII - LISTA DEFINITIVA DE PROPOSTAS AO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO JOVEM – OPJ 2017**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a lista definitiva de propostas aprovadas ao Orçamento Participativo Jovem nos termos constantes da informação n.º 24/Juv/2017. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – PROPOSTA DE HOMENAGEM A INÊS PEREIRA HENRIQUES E A JORGE FERNANDES MIGUEL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta subscrita por todos os Vereadores que compõem o Executivo Municipal (anexo 1) e informou que o que se pretende deliberar é que por ocasião das comemorações do Feriado Municipal do corrente ano, 6 de Novembro, seja a atleta Inês Pereira Henriques homenageada com a medalha Grau Ouro/Título Honra e o treinador Jorge Fernandes Miguel homenageado com a medalha Grau Prata/Título Mérito, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou se há razões, e se sim quais foram, para não considerar o Clube de Natação de Rio Maior como homenageado, sendo que é o clube da atleta há vinte e cinco anos. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que o assunto foi falado com o Presidente do Clube e o que acontece é que o clube foi homenageado no feriado municipal (6 de Novembro) com a medalha dos trinta anos pelo seu todo, e que agora, este momento é da atleta e do seu treinador

em particular, acrescentando que o clube tem muitos mais atletas, mais modalidades e neste momento, considera-se justo que esta homenagem seja personalizada. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Sugeriu que os vários atletas olímpicos de Rio Maior tivessem o nome inscrito na peça escultórica que tem o nome do Parque Desportivo Dr. Silvino Sequeira como homenagem simbólica, dignificando os próprios e os desporto e que a mesma pudesse ser feita no feriado municipal. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse compreender a intenção mas que felizmente Rio Maior tem grandes atletas e seria talvez mais interessante criar um circuito de imagens alusivas aos próprios nos sítios de treino ou invés de estar a acrescentar nomes numa homenagem que já foi feita desvirtuando esta última e não acrescentando nada a quem vem, porque cada um tem o seu momento e deve ter o seu espaço. -----

----- Afirmou ainda que considera que é da mais elementar justiça que neste momento a homenagem seja feita particularmente à atleta e ao seu treinador e não globalizada, e muito em especial à primeira pelo coroar de muitos anos de um trabalho e dedicação tremendos. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto favorável manifestando, contudo, a mesma opinião que deixou na última reunião, ou seja, as homenagens que o executivo ou os riomaiorenses prestam aos seus melhores de nós são apenas um sinal daquilo que é preciso fazer em relação a estes atletas. Considerou que não crível, e não pode continuar, uma governação apenas por intuição e à vista relativamente a algo que é o maior fornecedor de atletas, de marcha atlética, do país e provavelmente do mundo. Lembou que nessa mesma reunião sugeriu e propôs que para além dos agradecimentos, para além das medalhas, se pense num monumento aos atletas olímpicos até hoje, depois uma rua e uma avenida e, mais importante, criar condições políticas que promovam Rio Maior como um centro nacional de formação de atletismo, em particular da marcha atlética mesmo que haja quem não queira, porque a concorrência com outras cidades é muito dura e se não se aproveita o que se tem no momento certo corre-se o risco de se ser ultrapassado. Reiterou o seu voto favorável a esta proposta e ao que for necessário para louvar vinte cinco anos de uma carreira muito boa acrescentando que tudo o que se fizer, nunca faremos o que Inês Henriques fez por Rio Maior. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que em termos de concorrência é sua convicção que ninguém se pode equiparar a Rio Maior, que está na linha da frente e há que manter. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----



----- Manifestou a sua emoção e orgulho pelo feito e afirmou que é um orgulho imenso para todos que a Inês Henriques, com a sua força e o seu carácter, tenha conseguido atingir este resultado. Acrescentou que através desta atleta, deste resultado e desta proposta que agora está a votação, de reconhecimento e de homenagem à Inês Henriques e ao Jorge Miguel, se possa também olhar para o futuro, para Tóquio 2020 e para os próximos desafios, de forma a melhorar e acompanhar aquilo que tem sido a prestação olímpica dos atletas de Rio Maior a representar clubes da terra. Lembrou que chegaram a estar sete atletas nos Jogos Olímpicos de Pequim, todos eles do Clube de Natação de Rio Maior e que, por isso, deve ser uma preocupação e orientação da política pública de desporto o apoio aos clubes da terra, os atletas e tudo se fazer para aqueles que representam os clubes da terra possam levar o nome de Rio Maior mais longe. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade e aclamação** pelos presentes.-----

----- **PONTO IX – ANULAÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL REFERENTE AO PAGAMENTO DA FATURA DO MÊS DE ABRIL DE 2017 EM NOME DE PAULA ALEXANDRA SOARES TOMÁS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é proceder à anulação do processo de execução fiscal referente aos consumos do mês de abril/2017 da consumidora Paula Alexandra Soares Tomás, não havendo lugar ao pagamento de quaisquer juros ou custas. -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X – RECENSEAMENTO ELEITORAL 2017 – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a transferência para as Juntas de Freguesia, no montante de 366,98 € (trezentos e sessenta e seis euros e noventa e oito cêntimos), no âmbito do Recenseamento Eleitoral 2017. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Interveio para dizer que continua a não estar de acordo com a forma como a administração central, mesmo nestes pormenores, desvaloriza o trabalho das juntas de freguesia. Considerou ainda que é absolutamente irrisório o contributo que a

administração central dá para o exercício pleno e devidamente organizado de um ato eleitoral. Indicou o sentido de voto de abstenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com a abstenção do Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária (CDU), Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei favoravelmente esta proposta lamentando que os portugueses não tenham condições para que o exercício deste ato cívico seja um ato de voluntariado e não precise de compensação financeira.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram onze horas e vinte minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Ana Carla da Silva Capitão, Técnica Superior, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: \_\_\_\_\_

A TÉCNICA SUPERIOR: \_\_\_\_\_